

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP
PROTOCOLADO 2011.5.2543.1.0 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



GABINETE
DO
REITOR

1

São Paulo, 21 de outubro de 2011.

GR/348

/mfc

Senhor Procurador Geral

Solicito providências dessa d. Procuradoria Geral no sentido de elaborar estudo visando à adequação do Estatuto da USP às novas nomenclaturas de funções administrativas desta Universidade, além da viabilidade de se retornar à nomenclatura "Prefeito de Campus".

No ensejo, apresento a V.Sa. meus melhores cumprimentos.

Assinatura manuscrita de João Grandino Rodas, apresentando uma grafia cursiva e estilizada.

João Grandino Rodas
Reitor

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO
Procurador Geral da USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

1

PG. P. 3148/11- RUSP
GFCM

PROCESSO nº: Ofício GR/348

INTERESSADO: Universidade de São Paulo

ASSUNTO: Alteração no Estatuto. Nomenclatura. Aspectos de forma. Possibilidade, mediante aprovação no Conselho Universitário. Maioria Qualificada.

PARECER

Magnífico Reitor,

Trata-se de solicitação de Vossa Magnificência para que seja elaborada proposta indicativa das modificações necessárias para que o Estatuto da Universidade de São Paulo seja adequado à nomenclatura atualmente empregada na Universidade no que concerne aos órgãos da Administração Central e das funções exercidas pelos dirigentes dos respectivos órgãos. Requer-se, ademais, que a função de Coordenador dos diversos campi tenha sua nomenclatura alterada para Prefeito do Campus, o mesmo ocorrendo relativamente aos Vices.

As alterações decorreram de Resoluções aprovadas no âmbito das Comissões Permanentes do Conselho Universitário, mormente pelas d. COP e CLR, com esteio em manifestações desta Procuradoria Geral que enxergou no art. 84 da Constituição Federal a autorização para modificações de forma na nomenclatura de órgãos ou funções da Universidade.

Tais modificações, então realizadas, serão agora, por razões de conveniência e oportunidade administrativas, incorporadas ao Estatuto da USP.

É o relatório.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

Da leitura do Estatuto da USP, baixado pela Resolução nº 3.461, de 7 de outubro de 1988, com suas alterações subsequentes, decorre a necessidade, s.m.j., de alteração de seu art. 34, a fim de alcançar os objetivos expressos no ofício GR/348. Para melhor visualização da proposta, apresenta-se o quadro sinótico abaixo:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
Artigo 34 - A Reitoria, órgão que superintende todas as atividades universitárias, com sede na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", é exercida pelo Reitor e compreende:	Artigo 34 - (MANTIDO)
I - Gabinete do Reitor;	I - (MANTIDO)
II - Pró-Reitorias;	II - (MANTIDO)
III - Secretaria Geral;	III - (MANTIDO)
IV - Consultoria Jurídica;	IV - <u>Procuradoria Geral</u> Consultoria Jurídica;
V - Coordenadoria de Administração Geral;	V - <u>Vice-Reitoria Executiva</u> Coordenadoria de Administração Geral;
VI - Coordenadoria de Saúde e Assistência Social;	VI - <u>Superintendência</u> Coordenadoria de Saúde e de Assistência Social;
VI-A - Coordenadoria do Espaço Físico;	VI-A - <u>Superintendência</u> Coordenadoria do Espaço Físico;
VI-B - Coordenadoria de Tecnologia da Informação;	VI-B - <u>Superintendência</u> Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
VII - Grupo de Planejamento Setorial;	VII - (MANTIDO)
VIII - Coordenadoria dos Campi e do Quadrilátero Saúde/Direito;	VIII - <u>Prefeitura</u> Coordenadoria dos Campi e do Quadrilátero Saúde/Direito;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

IX - Assessoria Jurídica do Reitor;	IX - <u>Superintendência Assessoria Jurídica do Reitor;</u>
X - Comissão de Planejamento;	X - (MANTIDO)
XI - Comissão Especial de Regimes de Trabalho;	XI - (MANTIDO)
XII - Comissão de Cooperação Internacional.	XII - <u>Vice-Reitoria Executiva Comissão de Relações Cooperação Internacionais I.</u>
	<u>XIII - Superintendência de Comunicação Social</u>
	<u>XIV - Superintendência de Saúde;</u>
	<u>XV - Superintendência de Gestão Ambiental;</u>
	<u>XVI - Superintendência de Relações Institucionais;</u>
	<u>XVII - Superintendência de Segurança</u>
§ 1º - Haverá um Conselho Comunitário encarregado de traçar as diretrizes da Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e das Coordenadorias, órgãos previstos nos incisos VI e VIII, respectivamente.	§ 1º - Haverá um Conselho Comunitário encarregado de traçar as diretrizes das <u>Superintendências</u> <u>Coordenadoria de Saúde e de Assistência Social</u> e das <u>Prefeituras</u> <u>Coordenadorias</u> , órgãos previstos nos incisos <u>XIV</u> , VI e VIII, respectivamente.
§ 2º - A Coordenadoria a que se refere o inciso VI manterá o serviço de assistência em todos os campi e no Quadrilátero Saúde/Direito, aos corpos docente, discente e de servidores.	§ 2º - A <u>Superintendência</u> <u>Coordenadoria</u> a que se refere o inciso VI manterá o serviço de assistência em todos os campi e no Quadrilátero Saúde/Direito, aos corpos docente, discente e de servidores.
§ 3º - O Regimento Geral estabelecerá a estrutura e competência dos órgãos que compõem a Reitoria, bem como do Conselho Comunitário.	§ 3º - (MANTIDO)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

A medida visa, como mencionado, consolidar as alterações realizadas por meio de Resoluções, fazendo-as introduzir no bojo do Estatuto, além de modificar a nomenclatura dos Coordenadores dos *campi*, que voltariam a exercer a função de Prefeitos de Campus. Do ponto de vista jurídico-formal, nenhuma objeção deve ser apontada relativamente a essa iniciativa.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral, para oitiva da d. CLR e decisão de mérito do colendo Conselho Universitário.

Procuradoria Geral, 24 de outubro de 2011.


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

Protocolado nº: 2011.5.2543.1.0
Interessada: Universidade de São Paulo
Assunto: Mudança no Estatuto da USP

Senhor Presidente da CLR,

Chega a esta Comissão estudo elaborado pela Procuradoria Geral por ordem do Magnífico Reitor com o objetivo de adaptar o Estatuto da Universidade às mudanças na nomenclatura de funções administrativa introduzidas em 2010 e voltar a chamar de "Prefeito" o Coordenador de Campus. A análise, conduzida pelo preclaro Procurador Geral, elabora um rol de alterações do art. 34 do Estatuto para apreciação do Conselho Universitário.

Em resumo, recomenda alterar os incisos V e XII do art. 34, já que a CODAGE e a CCInt passaram a ser Vice-Reitorias Executivas, o inciso IV, uma vez que a CJ passou a ser a Procuradoria Geral e os incisos VI, VI-A, VI-B, porque a COSEAS, a COESF, a CTI e a Assessoria Jurídica do Reitor passaram a ser Superintendências, de Assistência Social, do Espaço Físico, de Tecnologia de Informação e Jurídica, respectivamente. Recomenda também incluir as Superintendências de Comunicação Social, de Saúde, de Gestão Ambiental, de Relações Institucionais e de Segurança entre as componentes da Reitoria e substituir "Coordenadoria dos Campi e do Quadrilátero Saúde/Direito" por "Prefeitura dos Campi e do Quadrilátero Saúde/Direito" no inciso VII. Recomenda, por fim, nova redação para os §1º e §2º, visando a adaptá-los às outras mudanças.

Todas as mudanças são convenientes porque permitem distinguir os escopos dos trabalhos dos diferentes órgãos subordinados à Reitoria. Contraste-se, por exemplo, a palavra "prefeito", conhecida até pelas crianças, com a expressão "coordenador de campus", que a maior parte da sociedade desconhece. E como não se encontra na proposta nenhum defeito formal, recomendo que a CLR aprove o parecer da Procuradoria para que o Conselho Universitário possa apreciar a proposta.

São Carlos, 31 de outubro de 2011


Luiz Nunes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Protocolado: 2011.5.2543.1.3

Interessado: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A CLR, em sessão realizada em 4 de novembro de 2011,
aprovou o parecer do relator, favorável à alteração do Estatuto da USP.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na
pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2012

Altera dispositivo do Estatuto da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em , baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O art. 34 do Estatuto, baixado pela Resolução nº 3461, de 07 de outubro de 1988 e alterado pela Resolução 5492/2008, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 34 - ...

I - ...

IV – Procuradoria Geral;

V – Vice-Reitoria Executiva de Administração;

VI – Superintendência de Assistência Social;

VI-A – Superintendência do Espaço Físico;

VI-B – Superintendência de Tecnologia da Informação;

VII - ... ;

VIII – Prefeitura dos *Campi* e do Quadrilátero Saúde/Direito;

IX – Superintendência Jurídica;

X - ... ;

XII – Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais;

XIII – Superintendência de Comunicação Social;

XIV – Superintendência de Saúde;

XV – Superintendência de Gestão Ambiental;

XVI – Superintendência de Relações Institucionais;

XVII – Superintendência de Segurança.

§ 1º - Haverá um Conselho Comunitário encarregado de traçar as diretrizes das Superintendências de Saúde e de Assistência Social e das Prefeituras, órgãos previstos nos incisos XIV, VI e VIII, respectivamente.

§ 2º - A Superintendência a que se refere o inciso VI manterá o serviço de assistência em todos os *campi* e no Quadrilátero Saúde/Direito, aos corpos docente, discente e de servidores.

~ § 3º - ...”



Secretaria Geral

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

**ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL
DA USP**

1. PROTOCOLADO 2011.5.2542.1.3 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



GABINETE
DO
REITOR

1

São Paulo, 21 de outubro de 2011.

GR/347

/mfc

Senhor Procurador Geral

Solicito providências dessa d. Procuradoria Geral no sentido de elaborar estudo visando à adequação do Regimento Geral da USP às novas nomenclaturas de funções administrativas desta Universidade, além da viabilidade de se retornar à nomenclatura "Prefeito de Campus".

No ensejo, apresento a V.Sa. meus melhores cumprimentos.

João Grandino Rodas
Reitor

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO
Procurador Geral da USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

1

PG. P. 3156/11- RUSP
GFCM

PROCESSO nº: Ofício GR/347

INTERESSADO: Universidade de São Paulo

ASSUNTO: Alteração no Regimento Geral. Nomenclatura. Aspectos de forma. Possibilidade, mediante aprovação no Conselho Universitário. Maioria Absoluta.

PARECER

Magnífico Reitor,

Trata-se de solicitação de Vossa Magnificência para que seja elaborada proposta indicativa das modificações necessárias para que o Regimento da Universidade de São Paulo seja adequado à nomenclatura atualmente empregada na Universidade no que concerne aos órgãos da Administração Central e das funções exercidas pelos dirigentes dos respectivos órgãos. Requer-se, ademais, que a função de Coordenador dos diversos campi tenha sua nomenclatura alterada para Prefeito do Campus, o mesmo ocorrendo relativamente aos Vices.

As alterações decorreram de Resoluções aprovadas no âmbito das Comissões Permanentes do Conselho Universitário, mormente pelas d. COP e CLR, com esteio em manifestações desta Procuradoria Geral que enxergou no art. 84 da Constituição Federal a autorização para modificações de forma na nomenclatura de órgãos ou funções da Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

Tais modificações, então realizadas, serão agora, por razões de conveniência e oportunidade administrativas, incorporadas ao Regimento Geral da USP.

É o relatório.

Da leitura do Regimento Geral da USP, baixado pela Resolução nº 3.745, de 19 de outubro de 1990, com suas alterações subsequentes, decorre a necessidade, s.m.j., de alteração de diversos artigos. Para melhor visualização da proposta, apresenta-se o quadro sinótico abaixo:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<p>Artigo 4º - Em cada campus e no Quadrilátero Saúde/Direito haverá uma Coordenadoria.</p> <p>§ 1º - O Coordenador e Vice-Coodenador serão escolhidos pelo Reitor, ouvido o Conselho Gestor do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito.</p> <p>§ 2º - O Vice-Coodenador substituirá o Coordenador, em seus impedimentos e ausências.</p>	<p>Artigo 4º - Em cada campus e no Quadrilátero Saúde/Direito haverá uma <u>Prefeitura</u> Coordenadoria.</p> <p>§ 1º - O <u>Prefeito</u> Coordenader e Vice-<u>Prefeito</u> Coordenader serão escolhidos pelo Reitor, ouvido o Conselho Gestor do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito.</p> <p>§ 2º - O Vice- <u>Prefeito</u> Coordenader substituirá o <u>Prefeito</u> Coordenader, em seus impedimentos e ausências.</p>
<p>Artigo 13 - Além das atribuições estatutárias, ao Reitor compete:</p> <p>I - designar, para a Comissão de Planejamento (CP), Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e Comissão de Cooperação Internacional (CCInt), os membros e respectivos presidentes;</p>	<p>Artigo 13 - (MANTIDO)</p> <p>I - designar, para a Comissão de Planejamento (CP) e a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e Comissão de Cooperação Internacional (CCInt), os membros e respectivos presidentes;</p> <p>I-A - designar o Vice-Reitor Executivo de Administração;</p> <p>I-B - designar o Vice-Reitor Executivo de Relações Internacionais e os membros da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt);</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

<p>II - designar o secretário geral, o consultor jurídico chefe, o presidente do Grupo de Planejamento Setorial (GPS) e os coordenadores das várias coordenadorias;</p> <p>(...)</p>	<p>II - designar o secretário geral, o <u>procurador geral</u> consultor jurídico chefe, o presidente do Grupo de Planejamento Setorial (GPS) e os superintendentes coordenadores das várias <u>superintendências</u> coordenadorias;</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 15 - Aos Pró-Reitores compete:</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, exceto junto ao Co, por um suplente.</p> <p>§ 2º - O Reitor, ouvido o Pró-Reitor, indicará, anualmente, até três membros do respectivo conselho, em ordem de substituição, para o exercício da suplência.</p>	<p>Artigo 15 - (MANTIDO)</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, exceto junto ao Co, <u>por um Pró-Reitor adjunto que terá, no Co, direito à voz, mas não a voto suplente.</u></p> <p>§ 2º - (MANTIDO)</p> <p><u>§ 3º - Os Pró-Reitores adjuntos de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa serão, obrigatoriamente, o primeiro suplente do Pró-Reitor respectivo.</u></p> <p><u>§ 4º - Os Pró-Reitores adjuntos de Cultura e de Extensão Universitária serão, obrigatoriamente, os dois primeiros suplentes do Pró-Reitor respectivo.</u></p>
<p>SEÇÃO IV - DA CONSULTORIA JURÍDICA</p>	<p>SEÇÃO IV - DA <u>PROCURADORIA GERAL</u> CONSULTORIA JURÍDICA</p>
<p>Artigo 21 - À Consultoria Jurídica (CJ) compete prestar assistência jurídica ao Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Conselho Universitário e suas comissões, Conselhos Centrais, órgãos que compõem a Reitoria, bem como, por intermédio do Reitor, às Unidades.</p>	<p>Artigo 21 - À <u>Procuradoria Geral</u> Consultoria Jurídica (PG CJ) compete prestar assistência jurídica ao Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Conselho Universitário e suas comissões, Conselhos Centrais, órgãos que compõem a Reitoria, bem como, por intermédio do Reitor, às Unidades.</p>
<p>SEÇÃO V - DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</p>	<p>SEÇÃO V - DA <u>VICE-REITORIA EXECUTIVA</u> COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

Artigo 22 - À Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) compete: (...)	Artigo 22 - À <u>Vice-Reitoria Executiva</u> Coordenadoria de Administração Geral (<u>VREA CODAGE</u>) compete: (...)
SEÇÃO VI - DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEÇÃO VI - DA <u>SUPERINTENDÊNCIA</u> COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Artigo 23 - À Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS) compete:	Artigo 23 - À <u>Superintendência</u> Coordenadoria de Assistência Social (<u>SAS COSEAS</u>) compete:
SEÇÃO VI-A - DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEÇÃO VI-A - DA <u>SUPERINTENDÊNCIA</u> COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Artigo 23-A - À Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) compete:	Artigo 23-A - À <u>Superintendência</u> Coordenadoria de Tecnologia da Informação (<u>STI CTI</u>) compete:
SEÇÃO VIII - DAS COORDENADORIAS DOS CAMPI	SEÇÃO VIII - DAS <u>PREFEITURAS</u> COORDENADORIAS DOS CAMPI
Artigo 26 - Haverá em cada campus e no Quadrilátero Saúde/Direito, uma Coordenadoria, dirigida por um Coordenador, nos termos do disposto do art 4º deste Regimento. Parágrafo único - Haverá na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) uma Assistência Técnica para atuar juntamente com a Coordenadoria da CUASO nas atividades relacionadas à área/espço físico/infra-estrutura da EACH.	Artigo 26 - Haverá em cada campus e no Quadrilátero Saúde/Direito, uma <u>Prefeitura</u> Coordenadoria, dirigida por um <u>Prefeito</u> Coordenador, nos termos do disposto do art 4º deste Regimento. Parágrafo único - Haverá na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) uma Assistência Técnica para atuar juntamente com a <u>Prefeitura</u> Coordenadoria da CUASO nas atividades relacionadas à área/espço físico/infra-estrutura da EACH.
Artigo 27 - Os Conselhos Gestores dos campi do interior têm a seguinte constituição: I - o Coordenador do campus;	Artigo 27 - (MANTIDO) I - o <u>Prefeito</u> Coordenador do campus;
Artigo 27-A - O Conselho Gestor do Campus da Capital tem a seguinte composição: I - o Coordenador do campus; II - os Diretores das Unidades localizadas na Capital, exceto as que compõem o	Artigo 27-A - (MANTIDO) I - o <u>Prefeito</u> Coordenador do campus; II - (MANTIDO)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5

<p>Quadrilátero Saúde/Direito;</p> <p>III - os Diretores dos Institutos Especializados e dos Museus localizados na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", bem como os Diretores do Museu Paulista e do Museu de Zoologia;</p> <p>IV - os Coordenadores da Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS), da Agência USP de Inovação, e da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e da Coordenadoria do Espaço Físico (COESF);</p>	<p>III - (MANTIDO)</p> <p>IV - os <u>Superintendentes</u> Coordenadores de Coordenadoria de Assistência Social (<u>SAS</u> COSEAS), da Agência USP de Inovação, e da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (<u>STI</u> CTI) e da Coordenadoria do Espaço Físico (<u>SEF</u> COESF);</p>
<p>Artigo 27-B - O Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito tem a seguinte composição:</p> <p>I - o Coordenador do Quadrilátero Saúde/Direito;</p>	<p>Artigo 27-B - (MANTIDO)</p> <p>I - o <u>Prefeito</u> Coordenador do Quadrilátero Saúde/Direito;</p>
<p>Artigo 27-C - Ao Conselho Gestor dos campi e do Quadrilátero Saúde/Direito compete:</p> <p>I - promover o entrosamento das atividades administrativas comuns de interesse da Universidade e das Unidades/Órgãos integrantes do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito, atendendo os princípios de integração e economia de recursos;</p> <p>II - aprovar a proposta orçamentária da Coordenadoria e enviá-la ao Diretor Administrativo;</p> <p>III - opinar sobre o Plano Diretor de Obras e Reformas de interesse comum do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito;</p> <p>IV - opinar sobre ocupação de bens imóveis;</p>	<p>Artigo 27-C - (MANTIDO)</p> <p>I - (MANTIDO)</p> <p>II - aprovar a proposta orçamentária da <u>Prefeitura</u> Coordenadoria e enviá-la ao <u>Vice-Reitor Executivo de Administração</u> Diretor Administrativo;</p> <p>III - (MANTIDO)</p> <p>IV - (MANTIDO)</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

4

<p>V - deliberar sobre a aceitação de doações e legados, quando não clausulados, observada a legislação vigente;</p> <p>VI - propor o Regimento do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito e as modificações necessárias, por deliberação da maioria de seus membros, e enviá-las ao Diretor Administrativo;</p> <p>VII - deliberar sobre a utilização do solo e áreas comuns;</p> <p>VIII - definir normas de segurança no campus e no Quadrilátero Saúde/Direito, de acordo com as diretrizes e metas fixadas;</p> <p>IX - opinar sobre acordos e convênios, com entidades públicas ou privadas, que envolvam interesses administrativos comuns do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito;</p> <p>X - estabelecer regras e procedimentos para disciplinar a realização de eventos oficiais e festas promovidos nos espaços próprios das Unidades e Órgãos compreendidos pelo campus, bem como nos demais espaços do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito, não próprios das Unidades e Órgãos;</p> <p>XI - deliberar sobre casos omissos no âmbito de sua competência;</p> <p>XII - deliberar sobre os relatórios de atividades da Coordenadoria, devidamente instruídos com indicadores e resultados, e enviá-los ao Diretor Administrativo;</p>	<p>V - (MANTIDO)</p> <p>VI - propor o Regimento do campus e do Quadrilátero Saúde/Direito e as modificações necessárias, por deliberação da maioria de seus membros, e enviá-las ao <u>Vice-Reitor Executivo de Administração</u> Diretor Administrativo;</p> <p>VII - (MANTIDO)</p> <p>VIII - (MANTIDO)</p> <p>IX - (MANTIDO)</p> <p>X - (MANTIDO)</p> <p>XI - (MANTIDO)</p> <p>XII - deliberar sobre os relatórios de atividades da <u>Prefeitura</u> Coordenadoria, devidamente instruídos com indicadores e resultados, e enviá-los ao <u>Vice-Reitor Executivo de Administração</u> Diretor Administrativo;</p>
---	---



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

7

XIII - convocar, por meio de seu presidente, as eleições dos representantes que comporão o Conselho Gestor do Campus e do Quadrilátero Saúde/Direito.	XIII - (MANTIDO)
Artigo 29 - À Coordenadoria de cada campus do interior, além das atribuições regimentais, compete administrar o respectivo conjunto residencial estudantil.	Artigo 29 - À <u>Prefeitura</u> Coordenadoria de cada campus do interior, além das atribuições regimentais, compete administrar o respectivo conjunto residencial estudantil.
Artigo 30 - Em cada campus do interior, será elaborado um Plano Diretor Territorial pela Coordenadoria do Espaço Físico da USP (COESF).	Artigo 30 - Em cada campus do interior, será elaborado um Plano Diretor Territorial pela <u>Superintendência</u> Coordenadoria do Espaço Físico da USP (<u>SEF</u> COESF).
Artigo 31 - O Plano Diretor Territorial do campus da Capital será elaborado pela COESF, ouvido o Conselho Gestor da Capital e do Quadrilátero Saúde/Direito e submetido ao Co.	Artigo 31 - O Plano Diretor Territorial do campus da Capital será elaborado pela <u>SEF</u> COESF , ouvido o Conselho Gestor da Capital e do Quadrilátero Saúde/Direito e submetido ao Co.
SEÇÃO IX - DA ASSESSORIA JURÍDICA DO REITOR	SEÇÃO IX - DA SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA DO REITOR
Artigo 32 - Além do assessor jurídico, previsto no inciso IX do art 34 do Estatuto, o Reitor poderá valer-se de outros para casos específicos.	Artigo 32 - Além do <u>superintendente</u> assessor jurídico, previsto no inciso IX do art 34 do Estatuto, o Reitor poderá valer-se de <u>assessoria jurídica externa</u> outros para casos específicos.
SEÇÃO XII - DA COMISSÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	SEÇÃO XII - DA <u>VICE-REITORIA EXECUTIVA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (VRERI)</u> COMISSÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Artigo 36 - À CCInt compete:	Artigo 36 - À CCInt, <u>presidida pelo Vice-Reitor Executivo de Relações Internacionais</u> , compete:
Artigo 37 - Ao Conselho Comunitário (CoCm) compete assessorar o Reitor na formulação e desenvolvimento da política geral da COSEAS e das Coordenadorias dos campi e do Quadrilátero Saúde/Direito.	Artigo 37 - Ao Conselho Comunitário (CoCm) compete assessorar o Reitor na formulação e desenvolvimento da política geral da <u>SAS</u> COSEAS e das <u>Prefeituras</u> Coordenadorias dos campi e do Quadrilátero Saúde/Direito.
Artigo 38 - (...)	Artigo 38 - (...)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5

III - os coordenadores dos campi e do Quadrilátero Saúde/Direito;	III - os <u>Prefeitos</u> Coordenadores dos campi e do Quadrilátero Saúde/Direito;
IV - o coordenador da COSEAS;	IV - o <u>superintendente</u> coordenador da <u>SAS</u> COSEAS;
(...)	(...)
	<u>SEÇÃO XIII-A - DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</u>
	<u>Artigo 38-A - À Superintendência de Comunicação Social (SCS) compete planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas aos meios de comunicação social da Universidade de São Paulo</u>
	<u>SEÇÃO XIII-B - DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE</u>
	<u>Artigo 38-B - À Superintendência de Saúde (SAU) compete coordenar o planejamento das atividades dos órgãos complementares da Universidade de São Paulo, além de acompanhar, gerenciar e supervisionar a rede de saúde mantida ou contratada.</u>
	<u>SEÇÃO XIII-C - DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA</u>
	<u>Artigo 38-C - À Superintendência de Segurança (SEG) compete planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à segurança patrimonial e pessoal no âmbito da Universidade de São Paulo.</u>
	<u>SEÇÃO XIII-D - DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL</u>
	<u>Artigo 38-D - À Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) compete planejar, implantar, manter e promover a sustenta-</u>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

9

	<u>bilidade ambiental nos campi da Universidade de São Paulo.</u>
	<u>SEÇÃO XIII-E - DA SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</u>
	<u>Artigo 38-E - À Superintendência de Relações Institucionais (SRI) compete planejar, promover e manter as relações institucionais da Universidade de São Paulo com órgãos públicos federais, estaduais e municipais.</u>
Artigo 252 - As atividades do Sistema Integrado de Saúde da Universidade de São Paulo (SISUSP) serão definidas e reguladas por um Conselho Superior, e seu desempenho será orientado, dirigido e fiscalizado pela Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE).	Artigo 252 - SUPRIMIR
Artigo 253 - Ficam vinculados à Reitoria o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP), o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), a Editora da USP (EDUSP) e a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS).	Artigo 253 - Ficam vinculados à Reitoria o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP), o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), a Editora da USP (EDUSP), e as <u>Superintendências</u> <u>Coordenadoria de Comunicação Social (SCS CCS), Saúde (SAU), Segurança (SEG), Gestão Ambiental (SGA) e Relações Institucionais (SRI).</u>

A medida visa, como mencionado, consolidar as alterações realizadas por meio de Resoluções, fazendo-as introduzir no bojo do Regimento Geral, além de modificar a nomenclatura dos Coordenadores dos *campi*, que voltariam a exercer a função de Prefeitos de Campus. Do ponto de vista jurídico-formal, nenhuma objeção deve ser apontada relativamente a essa iniciativa.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

6

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral, para oitiva da
d. CLR e decisão de mérito do colendo Conselho Universitário.

Procuradoria Geral, 24 de outubro de 2011.


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

Protocolado nº: 2011.5.2542.1.3

Interessada: Universidade de São Paulo

Assunto: Mudança no Regimento Geral da USP

Senhor Presidente da CLR,

Chega à CLR proposta de modificação do Regimento Geral solicitada pelo Magnífico Reitor. Boa parte do documento, elaborado pela Procuradoria Geral, trata de alterações filiadas às mudanças estatutárias recomendadas no Protocolado 2011.5.2543.1.0, a saber: substituir a nomenclatura "Coordenação" por "Vice-Reitoria Executiva", "Superintendência" ou "Prefeitura", conforme a pertinência, e "Consultoria Jurídica" por "Procuradoria Geral". Se o Conselho Universitário aprovar as mudanças estatutárias, essas outras alterações deverão em seguida ser apreciadas, para garantir acordo entre o Regimento e o Estatuto.

Além das adaptações às mudanças estatutárias, encontram-se na proposta da Procuradoria Geral duas novidades, que merecem atenção especial. Uma delas aparece no art. 15, §1º, que autoriza o Pró-Reitor adjunto a substituir o Pró-Reitor, sempre que necessário, nas reuniões do Conselho Universitário, com direito a voz, mas sem direito a voto. A importância dessa mudança é proporcional ao valor das contribuições das Pró-Reitorias às reuniões do Co. O adjunto, por não ser eleito, não pode votar. Ele pode, no entanto, trazer informações, expressar a posição da Pró-Reitoria nas discussões que antecedem as votações e assim contribuir para o trabalho dos conselheiros. A escolha do Pró-Reitor adjunto é regulamentada nos demais parágrafos do art. 15.

A outra novidade ocupa vários artigos. Os novos arts. 36-A, B, C, D, e E definem as competências das Superintendências de Comunicação Social, de Saúde, de Segurança, de Gestão Ambiental e de Relações Institucionais, enquanto a nova redação do art. 253 subordina as cinco Superintendências à Reitoria. O objetivo evidente é remodelar o organograma da Universidade para encurtar a linha decisória que liga o Gabinete do Reitor a atividades importantes para a administração, atividades estas que vem sendo desenvolvidas por coordenações, comissões ou pequenos grupos presos a outras estruturas. Percebe-se que a alteração proposta, que inclui ainda a supressão das disposições sobre o Sistema Integrado de Saúde no art. 252, é parte de um programa de re-estruturação dos cinco serviços.

Vistas como um todo, as alterações regimentais listadas no documento preparado pela Procuradoria Geral preenchem lacunas, consolidam mudanças na nomenclatura e promovem re-estruturações administrativas. São pequenos passos que visam a aprimorar a gestão universitária e abrem caminho para avanços mais substantivos sem prejudicar a harmonia com a legislação. Dou portanto apoio à proposta e recomendo que a CLR a aprove para que o Conselho Universitário possa apreciar a matéria.

São Carlos, 31 de outubro de 2011

Luiz Nunes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Protocolado: 2011.5.2542.1.3

Interessado: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A CLR, em sessão realizada em 4 de novembro de 2011,
aprovou o parecer do relator, favorável à alteração do Regimento Geral.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na
pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessões realizadas em _____ de _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O artigo 4º do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19 de outubro de 1990 e alterado pelas Resoluções nºs 5038, de 30 de maio de 2003; 5060, de 22 de agosto de 2003; 5089, de 17 de dezembro de 2003; 5128, de 28 de maio de 2004; 5215, de 2 de junho de 2005; 5445, de 17 de abril de 2008 e 5493, de 18 de dezembro de 2008, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 4º - Em cada *campus* e no Quadrilátero Saúde/Direito haverá uma Prefeitura.

§ 1º - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão escolhidos pelo Reitor, ouvido o Conselho Gestor do *campus* e do Quadrilátero Saúde/Direito.

§ 2º - O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito, em seus impedimentos e ausências.”

Artigo 2º - Ficam alterados os incisos I e II do artigo 13 e acrescido dos incisos I-A e I-B, com seguinte redação:

“Artigo 13 - ...

I - designar, para a Comissão de Planejamento (CP) e a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), os membros e respectivos presidentes; (NR)

I-A – designar o Vice-Reitor Executivo de Administração;

I-B – designar o Vice-Reitor Executivo de Relações Internacionais e os membros da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt);

II - designar o secretário geral, o procurador geral, o presidente do Grupo de Planejamento Setorial (GPS) e os superintendentes das várias superintendências; (NR)”

Artigo 3º - Fica alterado o § 1º do artigo 15 e acrescido dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Artigo 15 - ...

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo – Brasil
CEP 05508-900 – Fone 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

...

§ 1º - O Pró-Reitor será substituído em suas faltas e impedimentos, por um Pró-Reitor adjunto que terá, no Co, direito à voz, mas não a voto. (NR)

...

§ 3º - Os Pró-Reitores adjuntos de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa serão, obrigatoriamente, o primeiro suplente do Pró-Reitor respectivo.

§ 4º - Os Pró-Reitores adjuntos de Cultura e de Extensão Universitária serão, obrigatoriamente, os dois primeiros suplentes do Pró-Reitor respectivo."

Artigo 4º - A Seção IV, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO IV - DA PROCURADORIA GERAL (NR)"

Artigo 5º - O artigo 21 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 21 - À Procuradoria Geral (PG) compete prestar assistência jurídica ao Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Conselho Universitário e suas comissões, Conselhos Centrais, órgãos que compõem a Reitoria, bem como, por intermédio do Reitor, às Unidades. (NR)"

Artigo 6º - A Seção V, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO V - DA VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - O *caput* do artigo 22 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 22 - À Vice-Reitoria Executiva de Administração (VREA) compete: (NR)"

Artigo 8º - A Seção VI, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO VI - DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (NR)"

Artigo 9º - O *caput* do artigo 23 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 23 - À Superintendência de Assistência Social (SAS) compete: (NR)"

Artigo 10 - A Seção VI-A, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:



Secretaria Geral

"SEÇÃO VI-A – DA SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO"

Artigo 11 – O *caput* do artigo 23-A passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 23-A - À Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) compete: (NR)"

Artigo 12 – A Seção VIII, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO VIII - DAS PREFEITURAS DOS CAMPUS (NR)"

Artigo 13 – O artigo 26 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 26 - Haverá em cada *campus* e no Quadrilátero Saúde/Direito, uma Prefeitura, dirigida por um Prefeito, nos termos do disposto do art. 4º deste Regimento. (NR)

Parágrafo único - Haverá na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) uma Assistência Técnica para atuar juntamente com a Prefeitura da CUASO nas atividades relacionadas à área/espço físico/infra-estrutura da EACH."

Artigo 14 – O inciso I do artigo 27 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 27 - ...

I - o Prefeito do *campus*; (NR)"

Artigo 15 – Os incisos I e IV do artigo 27-A passam a ter a seguinte redação:

Artigo 27-A - ...

I - o Prefeito do *campus*; (NR)

IV - os superintendentes de Assistência Social (SAS), de Tecnologia da Informação (STI) e do Espaço Físico (SEF); (NR)"

Artigo 16 – O inciso I do artigo 27-B passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 27-B - ...

I - o Prefeito do Quadrilátero Saúde/Direito; (NR)"

Artigo 17 – Os incisos II, VI e XII do artigo 27-C passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 27-C - ...

...



Secretaria Geral

II - aprovar a proposta orçamentária da Prefeitura e enviá-la ao Vice-Reitor Executivo de Administração; (NR)

...

VI - propor o Regimento do *campus* e do Quadrilátero Saúde/Direito e as modificações necessárias, por deliberação da maioria de seus membros, e enviá-las ao Vice-Reitor Executivo de Administração; (NR)

...

XII - deliberar sobre os relatórios de atividades da Prefeitura, devidamente instruídos com indicadores e resultados, e enviá-los ao Vice-Reitor Executivo de Administração; (NR)"

Artigo 18 – O artigo 29 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 29 - À Prefeitura de cada *campus* do interior, além das atribuições regimentais, compete administrar o respectivo conjunto residencial estudantil. (NR)"

Artigo 19 – O *caput* do artigo 30 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 30 - Em cada *campus* do interior, será elaborado um Plano Diretor Territorial pela Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF). (NR)"

Artigo 20 – O artigo 31 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 31 - O Plano Diretor Territorial do *campus* da Capital será elaborado pela SEF, ouvido o Conselho Gestor da Capital e do Quadrilátero Saúde/Direito e submetido ao Co. (NR)"

Artigo 21 – A Seção IX, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO IX - DA SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA (NR)"

Artigo 22 – O artigo 32 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 32 - Além do superintendente jurídico, previsto no inciso IX do art. 34 do Estatuto, o Reitor poderá valer-se de assessoria jurídica externa para casos específicos. (NR)"

Artigo 23 – A Seção XII, do Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral passa a ter a seguinte redação:

"SEÇÃO XII - DA VICE-REITORIA EXECUTIVA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (VRERI) (NR)"



Secretaria Geral

Artigo 24 – O *caput* do artigo 36 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 36 - À CCInt, presidida pelo Vice-Reitor Executivo de Relações Internacionais, compete: (NR)”

Artigo 25 – O artigo 37 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 37 - Ao Conselho Comunitário (CoCm) compete assessorar o Reitor na formulação e desenvolvimento da política geral da SAS e das Prefeituras dos *campi* e do Quadrilátero Saúde/Direito. (NR)”

Artigo 26 – Os incisos III e IV do artigo 38 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 38 – ...

...

III - os Prefeitos dos *campi* e do Quadrilátero Saúde/Direito; (NR)

IV - o superintendente da SAS; (NR)”

Artigo 27 – Fica criada a Seção XIII-A – DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral.

Artigo 28 – Fica criado o artigo 38-A, com a seguinte redação:

“Artigo 38-A – À Superintendência de Comunicação social (SCS) compete planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas aos meios de comunicação social da Universidade de São Paulo.”

Artigo 29 – Fica criada a Seção XIII-B – DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral.

Artigo 30 – Fica criado o artigo 38-B, com a seguinte redação:

“Artigo 38-B – À Superintendência de Saúde (SAU) compete coordenar o planejamento das atividades dos órgãos complementares da Universidade de São Paulo, além de acompanhar, gerenciar e supervisionar a rede de saúde mantida ou contratada.”

Artigo 31 – Fica criada a Seção XIII-C – DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral.

Artigo 32 – Fica criado o artigo 38-C, com a seguinte redação:

“Artigo 38-C – À Superintendência de Segurança (SEG) compete planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à segurança patrimonial e pessoal no âmbito da Universidade de São Paulo.”



Secretaria Geral

Artigo 33 – Fica criada a Seção XIII-D – DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral.

Artigo 34 – Fica criado o artigo 38-D, com a seguinte redação:

“Artigo 38-D – À Superintendência de Gestão Ambiental (SGA) compete planejar, implantar, manter e promover a sustentabilidade ambiental nos *campi* da Universidade de São Paulo.”

Artigo 35 – Fica criada a Seção XIII-E – DA SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral.

Artigo 36 – Fica criado o artigo 38-E, com a seguinte redação:

“Artigo 38-E – À Superintendência de Relações Institucionais (SRI) compete planejar, promover e manter as relações institucionais da Universidade de São Paulo com órgãos públicos federais, estaduais e municipais.”

Artigo 37 – Fica suprimido o artigo 252.

Artigo 38 – O artigo 253 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 253 - Ficam vinculados à Reitoria o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP), o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), a Editora da USP (EDUSP), as Superintendências de Comunicação Social (SCS), Saúde (SAU), Segurança (SEG), Gestão Ambiental (SGA) e Relações Institucionais (SRI). (NR)”

Artigo 39 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

2. PROCESSO 2010.1.28306.1.7 – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Pró-Reitoria de
Graduação

1

ESTRUTURAS E ALTERAÇÕES CURRICULARES
NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ENCAMINHAMENTO DOS
PROCESSOS À Pró-G

Considerando a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação das Estruturas Curriculares, bem como suas alterações,

Considerando a decisão do Conselho de Graduação que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem com o decidido pelo CoG, em Sessão de XXXXX, passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento à Pró-G dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares:

Estruturas Curriculares

As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, as Comissões de Coordenação de Cursos, com as aprovações das Comissões de Graduação e Congregações.

As solicitações serão divididas em duas categorias:

I. alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade

Serão analisadas e aprovadas na Unidade (Comissão de Graduação e Congregação), ouvidos, quando existirem, os Departamentos e/ou Comissões de Coordenação de Cursos.

Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise de seu Serviço competente e posterior envio para ciência, à Câmara Curricular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade, as alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas à análise da Câmara Curricular e do Vestibular (envio a parecerista e análise da CCV), com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

a) tipos de alterações em disciplinas
Inclusão em outro(s) curso(s)
Exclusão de um ou mais cursos
Desdobramento
Fusão
Alterações:
de carga horária (créditos aula e/ou trabalho)
de carga horária de estágio inserido na disciplina
de carga horária total de disciplina estágio obrigatório
de nome
de programa
nos objetivos
de ementa (programa resumido)
nos métodos didáticos
nas normas de recuperação
nos critérios de avaliação
de bibliografia
de responsável
de carga horária de PCC's
de carga horária em AACC's
de período ideal
de requisitos
de obrigatoriedade da disciplina
de tipo (semestral/anual/quadrimestral)
da carga horária total em disciplinas optativas

b) alterações no projeto pedagógico, que não impliquem em reformulação curricular:
no perfil do graduando
nos objetivos do curso
nas competências e habilidades
na organização do curso
no desenvolvimento dos conteúdos

II. alterações em disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G

Nas Unidades, deverão ser ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, as Comissões de Coordenação de Cursos e aprovadas nas Comissões de Graduação e Congregações.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação:

Reformulação de:
Curso
Habilitação
Ênfase
Alteração do nome
Alteração da duração ideal / mínima / máxima
Criação e extinção de disciplinas
Alterações no projeto pedagógico: (*)
No perfil do graduando
Nos objetivos do curso
Nas competências e habilidades
Na organização do curso
No desenvolvimento dos conteúdos
(*) Alterações no projeto pedagógico que não demandem reformulações curriculares serão tratadas conforme mencionado no item I.

Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG.

Para efetivar estas mudanças, a Pró-Reitoria de Graduação propõe as seguintes alterações nas atribuições das Congregações, nos incisos III e IV do Artigo 39 do Regimento Geral da USP: ✓

De:

"III - Propor ao CoG a estrutura curricular dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações.

IV - Propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidades"

Para:

"III - Aprovar as alterações curriculares de seus cursos que não impliquem em reformulação, e os programas das disciplinas ministradas pela Unidade.

IV - Propor ao CoG, criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas.

Após estas alterações no Regimento Geral da USP, deverão ser corrigidos:

- o artigo 4º inciso III da Resolução 3732/90

"Artigo 4º - Compete, ainda, ao CoG:

III - Aprovar as modificações curriculares propostas pelas Unidades;"

para:

III - Aprovar a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas unidades;"

- Resolução CoG 4235/96 – Artigo 3º - alteração do inciso I e eliminação dos parágrafos 1º e 2º:

De:

"Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - analisar as estruturas curriculares, apresentando parecer ao CoG;.....

§ 1º - Fica delegada à Câmara Curricular e do Vestibular a competência para decidir sobre as alterações curriculares enviadas pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação em data posterior à aprovação, pelo Conselho de Graduação, das estruturas curriculares anuais, não se incluindo nesta delegação de competência a criação de novas disciplinas.

§ 2º - O CoG tomará conhecimento das decisões da CCV, relativamente às alterações que se enquadram no parágrafo anterior pelas Atas das correspondentes reuniões, podendo os Conselheiros que assim o desejarem solicitar para consulta os processos a que elas se referem bem como requerer que sejam as alterações submetidas à aprovação do CoG."

Para:

"Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - Em casos excepcionais, a critério das Unidades, analisar as estruturas curriculares apresentando parecer ao CoG;...

Providenciadas as alterações citadas, as Unidades deverão modificar seus Regimentos para se adequarem às novas resoluções.

Pró-G/15/09/2010

Of.CG-128/FE-USP/14.09.2010

Senhora Pró-Reitora

A Comissão de Graduação da FEUSP, em sessão de 02/09/2010, analisou a proposta apresentada no CoG de 19/08/2010, para alteração dos procedimentos de alteração de disciplinas de graduação, no âmbito do Programa de Melhoria da Eficiência nos Procedimentos da PrG.

A Comissão considerou essa iniciativa louvável no sentido de desburocratizar o trabalho na Universidade e agilizar algumas atividades.

Entretanto, entendeu que **é necessário definir**:

- os casos que serão considerados como reformulação drástica e
- os procedimentos para negociação quando o curso for de responsabilidade de mais de uma Unidade, como as Licenciaturas, lembrando a importância da análise da CIL.

Na oportunidade, manifesto protestos de estima e consideração.


Prof. Dr. Manoel Orosvaldo de Moura
Presidente da Comissão de Graduação

Ilma. Sra.
Profa. Dra. TELMA MARIA TENÓRIO ZORN
Pró-Reitora de Graduação da USP



Pró-Reitoria de
Graduação

4

ESTRUTURAS E ALTERAÇÕES CURRICULARES
NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ENCAMINHAMENTO DOS
PROCESSOS À Pró-G

Considerando a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação de alterações nas Estruturas Curriculares

Considerando a decisão do Conselho de Graduação que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem com o decidido pelo CoG, em Sessão de xxx passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento à Pró-G dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares:

Estruturas Curriculares

As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, aprovadas em todas as instâncias da Unidade, quais sejam: Departamentos (quando existentes), Comissões de Graduação ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregações.

As solicitações de alterações nas estruturas curriculares passam a ser divididas em duas categorias:

I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade

Deverão ser analisadas e submetidas para aprovação a todas as instâncias da Unidade: Departamentos, quando existentes, Comissão de Graduação, ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregação. Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise e posterior envio, para ciência, à Câmara Curricular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade ou Unidades envolvidas as solicitações de alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas

à análise da Câmara Curricular e do Vestibular com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

Grupo I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade
a) Alterações em disciplinas
<ul style="list-style-type: none">✓ Carga horária (créditos aula e/ou trabalho);✓ Carga horária de estágio inserido na disciplina;✓ Carga horária total de disciplina estágio obrigatório;✓ Nome;✓ Programa;✓ Objetivos;✓ Ementa (programa resumido);✓ Métodos didáticos;✓ Normas de recuperação;✓ Critérios de avaliação;✓ Bibliografia;✓ Responsável;✓ Carga horária de Prática como Componente Curricular;✓ Período ideal;✓ Requisitos;✓ Periodicidade (semestral/anual/quadrimestral);✓ Carga horária total em disciplinas optativas.

II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G.

Nas Unidades, a sistemática continua a mesma, ou seja, as alterações devem ser aprovadas em todas as instâncias internas (Departamento, quando houver, CoC, quando houver, CG e Congregação) e encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação. Nos casos de cursos ou disciplinas que envolvam mais de uma Unidade, essas deverão se manifestar. Nos casos que envolvam licenciatura haverá a manifestação da CIL e da CCV:

Grupo II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-Reitoria de Graduação	
A: Alterações em disciplinas que inclua:	
✓	Criação e extinção, inclusão e exclusão
✓	Modificação de obrigatória para optativa e vice-versa;
B: Reformulação de Curso	
C. Alteração do nome do Curso, da Habilitação ou da Ênfase	
D. Alteração da duração ideal / mínima / máxima do curso	
E. Criação e reformulação de:	
✓	Curso
✓	Habilitação
✓	Ênfase
F: Alterações no projeto pedagógico.	

Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento (se houver) e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG. Neste caso, a Unidade e o Serviço de Apoio da Pró-G devem indicar explicitamente quais foram as alterações introduzidas no período em análise.

Para efetivar estas mudanças, a Pró-Reitoria de Graduação propõe as seguintes alterações nas atribuições das Congregações, nos incisos III e IV do Artigo 39 do Regimento Geral da USP:

De:

“III - Propor ao CoG a estrutura curricular dos cursos sob sua responsabilidade, bem como suas modificações.

IV - Propor ao CoG os programas das disciplinas ministradas pela Unidades”

Para:

“III - Aprovar as alterações curriculares de seus cursos definidas para deliberação na Unidade, que não impliquem em reformulação do curso nem em modificação do projeto pedagógico, conforme disposto na **Resolução CoG nº XXX**, e os programas das disciplinas ministradas pela Unidade;

IV - Propor ao CoG a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases, a criação/inclusão e extinção/exclusão de disciplinas, alteração da duração ideal, mínima e máxima de Cursos, alteração no nome dos Cursos, Habilitações ou Ênfases e modificações nos projetos pedagógicos dos Cursos.

Após estas alterações deverão ser corrigidos:

- o artigo 4º inciso III da Resolução 3732/90

“Artigo 4º - Compete, ainda, ao CoG:

III - Aprovar as modificações curriculares propostas pelas Unidades;”

para:

III - Aprovar a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas Unidades;”;

- a Resolução CoG 4235/96 – Artigo 3º - alteração do inciso I e eliminação dos parágrafos 1º e 2º;

De:

“Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - analisar as estruturas curriculares, apresentando parecer ao CoG;.....

§ 1º - Fica delegada à Câmara Curricular e do Vestibular a competência para decidir sobre as alterações curriculares enviadas pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação em data posterior à aprovação, pelo Conselho de Graduação, das estruturas curriculares anuais, não se incluindo nesta delegação de competência a criação de novas disciplinas.

§ 2º - O CoG tomará conhecimento das decisões da CCV, relativamente às alterações que se enquadram no parágrafo anterior pelas Atas das correspondentes reuniões, podendo os Conselheiros que assim o desejarem solicitar para consulta os processos a que elas se referem bem como requerer que sejam as alterações submetidas à aprovação do CoG.”

Para:

“Artigo 3º - As atribuições da Câmara Curricular e do Vestibular são as seguintes:

I - Em casos excepcionais, a critério das Unidades, analisar as estruturas curriculares apresentando parecer ao CoG;...”.

Providenciadas as alterações citadas, as Unidades deverão modificar seus Regimentos para se adequarem às novas resoluções.



Pró-Reitoria de
Graduação

Processo: 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

O Conselho de Graduação, em Sessão de 18.08.2011, aprovou o documento reformulado sobre novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-G, das Estruturas e Alterações Curriculares apresentado pela Pró-Reitoria (fls. 26/28).

Segue, também, juntada aos autos Minuta de Resolução que disciplinará a matéria conforme decidido pelo CoG.

São Paulo, 02 de setembro de 2011.

À Secretaria Geral para os devidos fins.

Assinatura manuscrita de Telma Maria Tenório Zorn.

Profa. Dra. Telma Maria Tenório Zorn
Pró-Reitora de Graduação



Pró-Reitoria de
Graduação

30

MINUTA

Resolução CoG nº _____, de ____ de _____ de 2011.

Estabelece normas para os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-Reitoria de Graduação (Pró-G), dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

A Pró-Reitora de Graduação da USP, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a necessidade de agilizar e desburocratizar a tramitação de alterações nas Estruturas Curriculares;
- a decisão do Conselho de Graduação (CoG) que, em Sessão de 19.08.2010, aprovou o mérito da matéria em questão, bem como o decidido pelo CoG, em Sessão de 18.08.2011, e pela CLR, em Sessão de _____, baixa a

RESOLUÇÃO

Artigo 1º - Passam a vigorar os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, à Pró-G, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

Artigo 2º - As Unidades deverão encaminhar à Pró-G, anualmente, nos prazos definidos, as Estruturas Curriculares de seus Cursos, aprovadas em todas as instâncias da Unidade, quais sejam: Departamentos (quando existentes), Comissões de Graduação ouvidas, quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregações.

Artigo 3º - As solicitações de alterações nas Estruturas Curriculares passam a ser divididas em duas categorias:

I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade (Grupo I)

Deverão ser analisadas e submetidas para aprovação a todas as instâncias da Unidade: Departamentos, quando existentes, Comissão de Graduação (CG), ouvidas,



Pró-Reitoria de
Graduação

quando existentes, as Comissões de Coordenação de Cursos, e Congregação. Finalizada a tramitação na Unidade, os processos deverão ser encaminhados à Pró-G, para análise e posterior envio, para ciência, à Câmara Curricular e do Vestibular e, por meio de sua ata, ao Conselho de Graduação.

Nota: Havendo solicitação expressa da Unidade ou Unidades envolvidas as solicitações de alterações poderão ser encaminhadas à Pró-G, para serem submetidas à análise da Câmara Curricular e do Vestibular com posterior encaminhamento ao Conselho de Graduação.

Grupo I. Alterações em disciplinas, com deliberação em instância final na Unidade
--

a) Alterações em disciplinas

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">✓ Carga horária (créditos aula e/ou trabalho);✓ Carga horária de estágio inserido na disciplina;✓ Carga horária total de disciplina estágio obrigatório;✓ Nome;✓ Programa;✓ Objetivos;✓ Ementa (programa resumido);✓ Métodos didáticos;✓ Normas de recuperação;✓ Critérios de avaliação;✓ Bibliografia;✓ Responsável;✓ Carga horária de Prática como Componente Curricular;✓ Período ideal;✓ Requisitos;✓ Periodicidade (semestral/anual/quadrimestral);✓ Carga horária total em disciplinas optativas. |
|---|



Pró-Reitoria de
Graduação

32

II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-G (Grupo II).

Nas Unidades, a sistemática continua a mesma, ou seja, as alterações devem ser aprovadas em todas as instâncias internas (Departamento, quando houver, CoC, quando houver, CG e Congregação) e encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação.

Na Pró-Reitoria, as propostas serão verificadas pelo seu Serviço competente, encaminhadas a parecerista da CCV, analisadas pela CCV e, posteriormente, enviadas ao CoG para deliberação. Nos casos de cursos ou disciplinas que envolvam mais de uma Unidade, essas deverão se manifestar. Nos casos que envolvam licenciatura deverá haver a manifestação da Comissão Interunidades das Licenciaturas (CIL) e da CCV:

Grupo II. Alterações em cursos e disciplinas, com deliberação em instância final nos Órgãos Colegiados da Pró-Reitoria de Graduação
A: Alterações em disciplinas que inclua:
<ul style="list-style-type: none">✓ Criação e extinção, inclusão e exclusão;✓ Modificação de obrigatória para optativa e vice-versa.
B: Reformulação de Curso
C. Alteração do nome do Curso, da Habilitação ou da Ênfase
D. Alteração da duração ideal / mínima / máxima do curso
E. Criação e reformulação de:
<ul style="list-style-type: none">✓ Curso;✓ Habilitação;✓ Ênfase.
F: Alterações no projeto pedagógico.



**Pró-Reitoria de
Graduação**

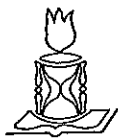
Nota: Quando do envio do pedido de Renovação do Reconhecimento ao Conselho Estadual de Educação, o conjunto das alterações das Estruturas Curriculares do período será analisado por todos os Órgãos envolvidos: Departamento (quando houver) e/ou, quando houver, Comissão de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação, Congregação, CCV e CoG. Neste caso, a Unidade e o Serviço de Apoio da Pró-G devem indicar explicitamente quais foram as alterações introduzidas no período em análise.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2011.

Profa. Dra. Telma Maria Tenório Zorn
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Rubens Beçak
Secretário Geral



35

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

Processo no. : 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

Assunto: Melhoria dos procedimentos da Pró-Graduação

PARECER

Estes autos tratam de proposta visando melhoria dos procedimentos atualmente em vigor na Pró-Reitoria de Graduação, pertinentes à alteração de disciplinas e de cursos.

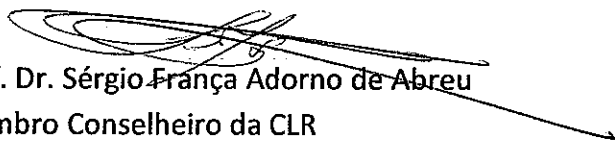
Com o propósito de desburocratizar e descentralizar os procedimentos, a proposta estabelece duas instâncias de competência decisória, conforme a natureza da alteração pretendida. Em um primeiro grupo, classificam-se as alterações em disciplinas, conforme situações discriminadas (fls. 25 dos autos). Nesta classe, os pedidos terão como instância final decisória as Unidades, antes ouvidos os Departamentos e/ou, quando houver, Comissões de Coordenação de Curso, Comissão de Graduação e a respectiva congregação.

Em um segundo grupo, classificam-se as propostas de alteração de disciplinas que impliquem criação e extinção, inclusão e exclusão, modificação de status (de obrigatória para optativa). Igualmente nesta classe estão incluídas propostas de reformulação do Curso, de Habilitação ou da ênfase; Alteração da duração ideal/mínima/máxima; criação e reformulação de curso, habilitação e ênfase; e alterações no projeto pedagógico. Nesta classe, as propostas terão como instância final decisória os órgãos colegiados da Pró-Reitoria de Graduação.

O Conselho de Graduação, em sessão de 18/08/2011 aprovou o documento. Os autos encontram-se instruídos com minuta de Resolução que disciplinará a matéria (fls. 30-33).

Antes do parecer final desta CLR, proponho ouvir-se a Procuradoria Geral da USP pois que a proposta enseja alterações nos incisos III e IV do artigo 39 do Regimento Geral da USP bem como alterações na Resolução CoG 4235/96.

São Paulo, 28 de setembro de 2011


Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro Conselheiro da CLR



PG. P. 2980/11 - RUSP
AMJ

PROCESSO Nº: 2010.1.28306.1.7

INTERESSADO: Pró-Reitoria de Graduação.

ASSUNTO: Minuta de Resolução CoG que modifica o procedimento de alterações nas Estruturas Curriculares. Proposta de alteração do Artigo 39, incisos III e IV do Regimento Geral da USP e do Artigo 3º da Resolução CoG 4.235/96. Exame jurídico-formal e conclusão pela ausência de óbice às alterações.

P A R E C E R

Senhor Procurador Chefe,

Trata-se de Consulta formulada pela Pró-Reitoria de Graduação para a averiguação da regularidade jurídica em minuta de Resolução do Conselho de Graduação (CoG) que descreve novo procedimento de encaminhamento, pelas Unidades à consulente, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares.

A norma, cuja minuta foi juntada às fls. 30 a 33, estabelecerá dois tipos de alterações em disciplinas, sendo que aquelas menos substanciais – *vide* rol da fl. 31 – passariam a ser deliberadas em



instância final na própria Unidade. Apenas as alterações mais significativas – *vide* rol da fl. 32 – permaneceriam percorrendo as etapas atuais, com deliberação final no CoG.

Para a compatibilização dessas modificações com as demais normas da Universidade de São Paulo, haveriam de ser alterados o Artigo 39, incisos III e IV do Regimento Geral da USP e o Artigo 3º da Resolução CoG 4.235/96.

Quanto à alteração da Resolução CoG 4.235/96 por outra norma de mesmo tipo e hierarquia, não se vislumbra qualquer óbice jurídico.

Com efeito, a competência do CoG para estabelecer normas sobre a promoção de atividades de graduação e avaliação do ensino é reconhecida pela Resolução nº 3.732/1990, que baixa o seu Regimento, e pelo Artigo 30 do Estatuto da USP.

No que tange à proposta de alteração de dispositivos do Regimento Geral da USP, também não se visualiza irregularidade de ordem jurídico-formal quanto aos trâmites adotados.

Após análise dos autos por esta Procuradoria, está-se propondo, corretamente, seu encaminhamento à Comissão de Legislação e Recursos (CLR), que deve deliberar sobre os Projetos a serem submetidos à apreciação do Conselho Universitário (Co), conforme o Artigo 21, I, do Estatuto da USP.

A referida submissão faz-se necessária, pois, segundo o Artigo 16 do Estatuto, é o Co quem elabora e emenda o Regimento Geral da Universidade, cujos dispositivos incompatíveis com a nova Resolução CoG pretende-se alterar.



Sendo estas as considerações, sugerimos a devolução dos autos à Pró-Reitoria de Graduação para que tome ciência deste Parecer e dê prosseguimento aos trâmites processuais.

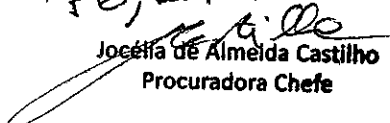
É o que, **sub censura**, cabe submeter, nesta oportunidade, à consideração da digna Chefia.

Procuradoria Geral, 06 de outubro de 2011.


AIRTOM MARQUEZINI JUNIOR

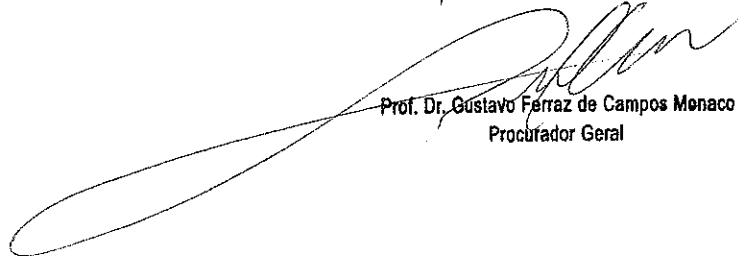
Procurador

Procuradoria de Licitações e Contratos Administrativos

De acordo.
PG, 13/10/11.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acedho o parecer.
À PRG para ciência e
continuidade.

PG, 13. out. 11


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

Processo no. : 2010.1.28306.1.7

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

Assunto: Melhoria dos procedimentos da Pró-Graduação

PARECER

Conforme entendimento manifesto em meu parecer anterior (fls. 35), as alterações propostas pela Pró-Reitoria de Graduação foram examinadas pela Procuradoria de Licitações e Contratos Administrativos (PG.P.2980/11 – RUSP, fls. 38-40). Este parecer jurídico não identifica óbices às mudanças que, caso aprovadas pelo Colegiado Superior, deverão ser introduzidas no artigo 39, incisos III e IV, do Regimento Geral da USP; no inciso III do art. 4º. do Regimento do Conselho de Graduação baixado pela Resolução no. 3732, de 04.09.90; e no artigo 3º. da Resolução CoG 4.235/96. Em decorrência, são apensadas pela Procuradoria Jurídica minutas (fls. 43-44) de Resoluções a serem baixadas respectivamente e consoante competências regulamentares, pelo Reitor e pela Pró-Reitora de Graduação, autoridade esta inclusive ciente do teor das minutas (fls. 41 dos autos).

Isto posto, à vista das razões apresentadas, visando conferir maior eficiência aos trâmites burocráticos pertinentes à alteração de disciplinas e cursos, proponho a esta Comissão a aprovação do requerido.

São Paulo, 05 de dezembro de 2011



Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro Conselheiro da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

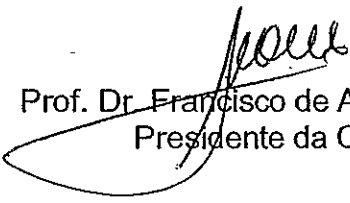
Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2010.1.28306.1.7**Interessado:** PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à minuta de Resolução que estabelece normas para os novos procedimentos a serem adotados no encaminhamento, pelas Unidades à Pró-G, dos processos de Estruturas e Alterações Curriculares, bem como às alterações do art. 39, incisos III e IV do Regimento Geral, do art. 4º, inciso III, da Resolução nº 3732/90 e do art. 3º da Resolução CoG nº 4235/96.

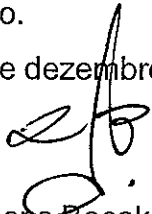
São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – Os incisos III e IV do art. 39 do Regimento Geral, baixado pela Resolução nº 3745, de 19.10.90 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 39 - ...

III – aprovar as alterações curriculares de seus cursos definidas para deliberação na Unidade, que não impliquem em reformulação do curso nem em modificação do projeto pedagógico e os programas das disciplinas ministradas pelas Unidades; (NR)

IV – propor ao CoG a criação ou reformulação de Cursos, Habilitações ou Ênfases, a criação/inclusão e extinção/exclusão de disciplinas, alteração da duração ideal, mínima e máxima de cursos, alteração do nome dos Cursos, Habilitações ou Ênfases e modificação nos projetos pedagógicos dos Cursos; (NR)”

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

MINUTA DE RESOLUÇÃO

PROTOCOLADO 2010.5.1991.1.8 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



10.5.1991.1.8

Magnífico Reitor,

A Comissão designada por Vossa Magnificência, em sessão do Conselho Universitário de 14.09.2010, houve por bem requerer das Unidades Universitárias que apontassem especificidades das diversas áreas de atuação universitária e sugerissem alterações dos Termos de Colaboração e Permissão de Uso e Adesão e Permissão de Uso que pudessem contribuir para a suavização de seus termos, considerados por alguns aposentados como ofensivos.

Estabelecido o prazo de 15 de outubro para o envio de tais sugestões, houve manifestação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto e da Escola de Enfermagem no sentido de prorrogação de tal prazo para que pudesse haver submissão do assunto aos colegiados das referidas Unidades.

Por tal razão, a Comissão desmarcou reunião previamente agendada para considerar tais sugestões (26/10/2010), remarcando-a para o dia 3 de novembro.

A Escola de Educação Física e Esportes se manifestou alegando, sob o prisma da Unidade, desnecessidade de alteração nos termos.

Por sua vez, o Instituto de Física alegou receio de diferenciações salariais entre docentes da ativa e aposentados. No entanto, por se tratar de assunto que foge à competência da Comissão e, mesmo, da USP, tendo em vista tratar-se de questão previdenciária, deixa-se de analisar tal aspecto neste relatório.

A Escola de Engenharia de São Carlos manifestou-se sobre aspectos formais, solicitando a inserção de tais termos no sistema do DRH e o subsequente cadastro dos termos no sistema Marte.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Faculdade de Odontologia de Bauru sugeriu a unificação de termos, independentemente de ter sido a aposentadoria voluntária ou compulsória, submetendo-se ambas as situações ao regime único do Colaborador Sênior, criado pela Resolução 5471/2008.

Houve manifestação, ainda, das seguintes Unidades: Instituto de Psicologia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, além do Museu Paulista, com sugestões que serão melhor detalhadas a seguir, separadas por pertinência temática.

Do início do processo

Manifestação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas roga seja elaborado convite aos docentes aposentados para que estes continuem a colaborar com a USP. Tal convite (anexo) prevê as seguintes características: voluntariedade e perenidade. A voluntariedade se expressaria na aceitação ou não do docente aposentado em continuar colaborando com a USP, por convite do Conselho Departamental. A perenidade estaria representada pela expressão "pelo tempo em que ele achar conveniente".

Quanto ao primeiro aspecto, chama-se a atenção para o caráter discriminatório que a proposta poderá gerar. Com efeito, a depender de convite do Departamento para dar início ao processo de permanência de colaboração, poder-se-ia submeter um aposentado que não disponha de "aliados" no Conselho Departamental a situação vexatória e discriminatória, vendo-se impedido de dar início ao processo pelo simples fato de contar com docentes da ativa que não concordam com suas atividades, seus posicionamentos etc. Conveniente, portanto, buscar-se uma saída intermédia que vise submeter o docente aposentado à vontade exclusiva do Departamento, com o qual pode não guardar as melhores relações.



Relativamente ao segundo aspecto, confronta abertamente com os interesses da Administração Pública. Segundo o ordenamento jurídico em vigor, nenhuma atividade da administração pode restar ao arbítrio exclusivo de quem quer que seja. Autorizar que a colaboração se estenda no tempo, subjugada exclusivamente à vontade do colaborador aposentado, é abrir flanco desmesurado e injustificável. Os docentes da ativa subordinam-se ao poder disciplinar da administração. Os docentes aposentados perdem o vínculo jurídico com a administração. Voltam a se subordinar aos interesses da administração pública quando esta detém o poder de rescindir o termo de colaboração, de forma justificada.

Assim, inviáveis os termos propostos. Na primeira das objeções visa-se garantir ao aposentado um caminho a perseguir sua intenção de permanecer colaborando, sem que dependa do convite proposto. Na segunda, visa-se dotar a administração de mecanismo – legítimo e juridicamente válido – de controle de seu patrimônio e de seus recursos, evitando-se o arbítrio, ainda que da parte de um seu colaborador. Saliente-se que a USP não se utiliza dessa prerrogativa – a de rescindir os termos em vigor a qualquer tempo – a menos em casos que sejam recomendados do ponto de vista jurídico (docentes que se tornem juridicamente incapazes) ou mesmo humanitário (docentes aposentados que não demonstrem mais condições de colaborar de forma efetiva e eficaz).

O convite, retirada a expressão “pelo tempo que ele [aposentado] achar conveniente”, pode ser uma das formas de se dar início ao processo, mas não é recomendável que seja a única.

Por outro lado, é juridicamente recomendado que a aceitação do convite, quando for caso disso, se faça por meio da indicação de um *plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão*, em lugar do projeto hoje previsto nos termos em vigor (proposta da Faculdade de Medicina). O mesmo *plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão* deve acompanhar o pedido do aposentado que pretenda se inserir no programa de colaboração sênior. Não se trata de forma de “vigiar” o colaborador aposentado, mas sim de uma garantia que lhe concede a administração, ao



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

05
#8

aprová-lo. Com efeito, a aprovação da USP ao *plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão* garantirá ao aposentado plena liberdade para desenvolver as atividades a que se dispôs. Em tal prisma, passa o aposentado a contar com um compromisso da Universidade de que ele poderá desenvolver suas atividades sem quaisquer ingerências de outros docentes da ativa.

Da absorção dos termos (de adesão e permissão de uso e colaboração e permissão de uso) pelo Programa Colaborador Sênior (Resolução 5471/2008)

Fixadas tais premissas (i – convite do departamento ou proposta do aposentado, ii – plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão e iii – interrupção da colaboração por interesse do aposentado ou da Universidade, de forma justificada), depara-se com outras propostas das Unidades como a unificação material de ambos os termos em um, que passaria a se chamar *Termo de colaboração* (proposta do Museu Paulista) que outorgaria ao docente aposentado a condição de *Professor Sênior* (propostas do Museu Paulista e do Instituto de Psicologia). Tais propostas procuram coadunar os termos (elaborados em 2004) à previsão, no âmbito da USP, do **Programa Colaborador Sênior**, criado pela Resolução 5471/2008, do Conselho Universitário.

Nesse sentido, a redação proposta seria a seguinte:

TERMO DE COLABORAÇÃO

A Universidade de São Paulo, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3461, de 07 de outubro de 1988, e com fundamento na Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, com sede em São Paulo (Capital) inscrita no CGC sob nº 63.025530/0001-04, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada pelo....., que no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o deliberado pela Comissão de Legislação e Recursos em sessão de, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA



O Sr. (qualificar), docente aposentado desta Universidade, tendo obtido aquiescência do Conselho Departamental/sido convidado pelo Conselho Departamental, para desenvolver plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, passa à condição de Professor Sênior da Universidade de São Paulo, podendo usar os bens de propriedade da USP descritos na Sub-Cláusula 1.1, para a perfeita e completa realização de referido plano.

1.1 -(descrever, se for o caso).....

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Na análise do plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão o Conselho Departamental levará em consideração o tipo de atividade que melhor se adapta às características do Professor Sênior e ao Plano de Metas Departamentais.

2.2 - Ao Professor Sênior é permitido continuar com suas atividades de orientador de graduação e pós-graduação.

2.3 - Ao Professor Sênior é permitido continuar como coordenador acadêmico de projetos, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e administrativas ser desempenhada por docente da ativa, tendo em vista eventual responsabilidade da Universidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Se for o caso, as aulas de graduação ministradas pelo Professor Sênior pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento.

3.2 - No caso dos Museus, fica permitida a colaboração, mas não a responsabilidade pela curadoria de coleções.

CLÁUSULA QUARTA

A convite do Departamento, o Professor Sênior poderá participar das suas reuniões com direito a voz, mas sem direito a voto.

CLÁUSULA QUINTA

Os bens descritos na Cláusula Primeira serão utilizados pelo Professor Sênior sem direito de exclusividade.

5.1 - Fica a cargo da Unidade(indicar)....., através de seu(autorizado)....., a especificação dos horários em que os



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

bens da PERMITENTE estarão disponíveis para a consecução dos fins previstos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA

O Professor Sênior não será computado como professor do Departamento para efeito de claro.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o Professor Sênior e a Universidade de São Paulo.

7.2 - A colaboração prevista neste Termo terá validade a partir da data de sua assinatura.

São Paulo,

Pela Universidade de São Paulo.....

O Professor Sênior.....

Assinado o termo, após oitiva da Comissão de Legislação e Recursos do Conselho Universitário, sugere-se à administração central que crie mecanismos de cadastramento da situação do professor sênior no sistema Marte, atendendo-se, assim, a sugestão da EESC.

Ademais, tal circunstância permitirá controle efetivo de quais serão os beneficiários do Prêmio Excelência Acadêmica Institucional.

De outro lado, nada impede, ao contrário, tudo recomenda que o Sistema Tycho leve em consideração a produção dos aposentados que tiverem assumido a função de Professor Sênior como indicadores de produção da Universidade.

Relativamente às propostas de extensão dos benefícios do Auxílio Alimentação aos aposentados que tiverem assinado o Termo de Colaboração e assumido a função de Professor Sênior, bem como as propostas relativas a pagamento de diárias e/ou aquisição de passagens aéreas para docentes aposentados que representam uma Unidade USP, sugere-se à Administração central que determine a realização de estudos nesse sentido, tendo em vista contestação lançada pelos órgãos de controle, como o



Tribunal de Contas de São Paulo, relativamente a gastos dessa natureza relativos a aposentados.

Considerando tais argumentos, sugere-se a remessa da proposta à douta Consultoria Jurídica da Universidade, ressaltando-se que a participação de seu Procurador-Chefe na presente comissão não tem o condão de vincular juridicamente as propostas aqui lançadas, e subsequente encaminhamento à Comissão de Legislação e Recursos do colendo Conselho Universitário.

São Paulo, 3 de novembro de 2010

Emma Otta
Diretora do Instituto de Psicologia

Lisete Regina Gomes Arelaro
Diretora da Faculdade de Educação

Sandra Margarida Nitrini
Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Chefe da Consultoria Jurídica



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PG.P 5488/2010 – RUSP
AMC/nssls

PROTOCOLADO Nº 2010.5.1991.1.8

INTERESSADA: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ASSUNTO: Termo de Colaboração e Permissão de Uso e Termo de Adesão e de Permissão de Uso – Alteração – Proposta de Unificação dos Termos – Nova Nomenclatura (Professor Sênior).

PARECER

Senhor Procurador Geral

Trata o presente de examinar a proposta de alteração do Termo de Colaboração e Permissão de Uso e do Termo de Adesão e Permissão de Uso, em substituição aqueles aprovados quando da edição da Resolução 3975/1992 e, finalmente, pela Comissão de Legislação e Recursos, na sessão realizada na data de 20 de abril de 2004 (cópia anexa, da ata nº 239), oportunidade em que se examinou a matéria relativa ao serviço voluntário, objeto da Lei federal 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Assinatura manuscrita, provavelmente do Procurador Geral, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A proposta veio encaminhada pela Comissão designada pelo Magnífico Reitor, conforme sessão do Conselho Universitário de 14 de setembro de 2010, comissão esta que, após exame e posicionamento sobre as diversas sugestões apresentadas pelas Unidades Universitárias, houve por bem de propor:

a) a unificação dos termos de permissão atualmente existentes (de colaboração e de adesão), não mais se fazendo distinção entre docentes aposentados pela compulsória ou docentes aposentados pelas regras da aposentadoria voluntária;

b) a utilização da expressão "Professor Sênior" ao invés de Colaborador Sênior.

Não há obstáculo jurídico às modificações propostas, cabendo apenas salientar, quanto ao item "a", que a distinção feita, fundamentada no tipo de aposentadoria, trazia para os docentes aposentados pela regra da compulsória a possibilidade de não ver incluídas as aulas de graduação no plano de trabalho, exigência esta, no entanto, feita para aqueles que se aposentavam pelas regras da aposentadoria voluntária.

Com a unificação dos termos, ora proposta, salvo melhor juízo, ainda que o docente não coloque no seu plano o encargo de colaboração nas atividades do ensino de graduação, a matéria ficará relegada para o Conselho do Departamento, não mais sendo considerada uma faculdade do docente aposentado, nos casos de aposentadoria compulsória.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Relativamente ao item "b" é de se apontar que no Parecer CJ nº 530/08, no qual foi analisada a minuta que deu origem à Resolução nº 5471/2008, foi feita a sugestão de substituir a expressão, ali também utilizada, de "Professor Sênior" para Colaborador, e, no final, após exame das instâncias competentes da Universidade, vingou a expressão "Colaborador Senior".

Apontou-se que a expressão "Professor", própria de relação funcional, e específica da carreira docente na Universidade, não se afigurava a mais ajustada, tendo em vista o enquadramento que se dava à matéria em termos de serviço voluntário.

Cabe, no entanto, à Superior Administração, no mérito, aferir sobre a conveniência e oportunidade das modificações sugeridas.

Relativamente ao texto em si da minuta apresentada, faz-se abaixo algumas sugestões de acréscimos e de supressão de redação, conforme segue:

Na Cláusula Primeira, substituir a expressão "passa à condição" para "passa a prestar a colaboração", e mencionar expressamente as Resoluções que dão sustentáculo ao Termo de Colaboração.

Também propõe-se, na mesma cláusula, só permanecer a expressão "de acordo com a decisão do Conselho do Departamento", não se fazendo distinção entre docente convidado e docente proponente.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Desta forma, a redação ficaria, se aprovada, com os seguintes termos:

"O Sr.....(qualificar), docente aposentado desta Universidade, de acordo com a decisão do Conselho do Departamento que aprovou o desenvolvimento do plano de atividade de ensino e pesquisa (documento anexo), passa a prestar colaboração, nos termos da Resolução 3.975, de 25 de novembro de 1992 e da Resolução nº 5471, de 15 de setembro de 2008, como Professor Sênior (*ou outra expressão*) da Universidade de São Paulo, podendo usar os bens de propriedade da USP, descritos na Sub-Cláusula 1.1, para a perfeita e completa realização de referido plano.

Na Cláusula 2.3 suprimir no final do texto a expressão "tendo em vista a eventual responsabilidade da Universidade", matéria que não necessita ser mencionada no termo assinado pelo docente aposentado.

Se, no entanto, entender-se de manter a expressão, por pertinente, sugere-se a seguinte redação:

"2.3. Ao Professor Sênior é permitido continuar como coordenador acadêmico de projetos, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e financeiras, ser atribuída, de acordo as leis sobre a matéria, a docentes da ativa."

Na Cláusula Terceira deverá ser aferida a pertinência de continuar a expressão "se for o caso", constante do Termo de Colaboração e de Permissão de Uso que se pretende alterar (docente aposentado compulsoriamente).

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

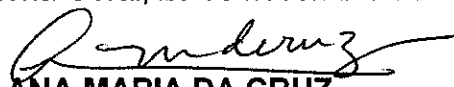
Afigura-se que, sem provocar um posicionamento fechado, a redação poderia seguir da seguinte forma:

"3.1 As aulas de graduação ministradas pelo Professor Sênior, indicadas no plano de trabalho, pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento."

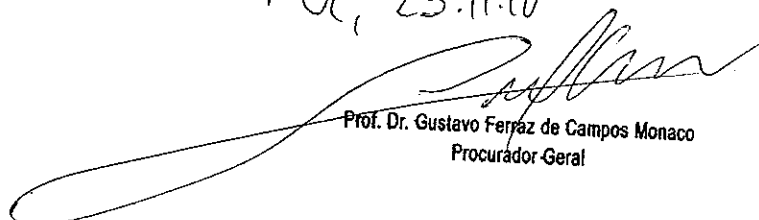
De todo o modo, tal redação não assegura a opção, da parte do docente aposentado, em não ministrar aulas na graduação.

Com a manifestação acima, se acolhida por essa Digna Chefia, o presente está em condições de ser encaminhado à Secretaria Geral para oitiva da Comissão de Legislação e Recursos.

Procuradoria Geral, 23 de novembro de 2010.


ANA MARIA DA CRUZ
Procuradora -Chefe

Acolho o Parecer.
A Secretaria Geral para
inclusão na pauta da d. CLR.
PG, 23.11.10


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



7
3
/

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Protocolado 2010.5.1991.1.8 – Universidade de São Paulo.

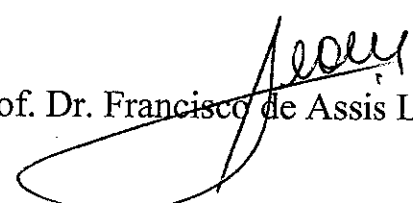
Trata-se de proposta de alteração do Termo de Adesão e Permissão de Uso e do Termo de Colaboração e de Permissão de Uso a docentes aposentados da USP.

Em sessão do Conselho Universitário de 14/09/2010, o Magnífico Reitor designou uma Comissão para estudar alterações no Termo de Colaboração e Permissão de Uso e do Termo de Adesão e Permissão de Uso, em substituição aos aprovados na resolução 3975/1992 e também pela CLR em 20/04/2004, que examinou a matéria relativa ao serviço voluntário.

Após exame das propostas encaminhadas por diferentes Unidades, a Comissão propôs a unificação dos termos de permissão (de colaboração e de adesão), não mais fazendo distinção entre docente aposentado pela compulsória ou voluntariamente, bem como a utilização de Professor Sênior em substituição a Colaborador Sênior.

Segundo parecer da Procuradoria Geral da USP, não existem obstáculos jurídicos em relação às modificações propostas. Entretanto, propõe algumas sugestões de acréscimo e supressão de redação no Termo de Colaboração.

Em vista do exposto sou de parecer favorável à aprovação por esta CLR do Termo de Colaboração, conforme redação proposta pela Comissão designada pelo Magnífico Reitor e alterações da Procuradoria Geral da USP.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 64
Proc. N.º 64
Rub. _____

Protocolado: 2010.5.1991.1.8

Interessado: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A CLR, em sessão realizada em 01 de março de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à unificação do Termo de Adesão e de Permissão de Uso e do Termo de Colaboração e de Permissão de Uso, conforme proposto pela Comissão designada pelo M. Reitor e alterações da PG-USP, passando a denominar-se "Termo de Colaboração."

São Paulo, 02 de março de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral

*Considerando-se que a minuta
de termo remanesceu nesta sf para
análise e revisão do texto, agora
finalizada, não há dúvida sf para
o seu direito.
Oportunamente, no caso da eventual
aprovação do termo, voltar para as
providências ulteriores.*

Prof. Dr. RUBENS BEÇAK 
Secretário Geral

$\frac{2}{8}$
 $\frac{1}{11}$

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5471, DE 15 DE SETEMBRO DE 2008.
(D.O.E. 17.09.2008)

Dispõe sobre a criação do
Programa de "Professor Sênior."
"Colaborador Sênior".

A-Reitora O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art 42, inciso I, do Estatuto da USP, ~~observados os termos da Resolução nº 3975, de 25.11.92, e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 02 de setembro de 2008,~~ baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica criado, sem ônus para a Universidade, o Programa de "Professor Sênior" . "Colaborador Sênior".

Artigo 2º - O Programa de "Professor Sênior" "Colaborador Sênior" atenderá o disposto na Lei Federal nº 9.608, de 18.02.98, obedecidas as condições estabelecidas no "Termo de Colaboração" anexo a esta Resolução. ~~"Termo de Adesão e de Permissão de Uso", bem como no "Termo de Colaboração e de Permissão de Uso", aprovado pela d. Comissão de Legislação e Recursos.~~

Artigo 3º - O ingresso no Programa de "Professor Sênior" "Colaborador Sênior" não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 4º - ~~O interessado em ingressar~~ ingresso no Programa de "Professor Sênior" "Colaborador Sênior" poderá ocorrer por vontade própria do docente aposentado da Universidade de São Paulo ou a convite do Departamento devendo o interessado ~~deverá~~ apresentar solicitação diretamente à respectiva Unidade ou Órgão da USP, bem como preencher os seguintes requisitos:

- a) ser portador, pelo menos, do título de Doutor, outorgado pela USP ou de validade nacional;
- b) possuir comprovada atuação como docente da USP;
- c) estar aposentado por tempo de serviço ou compulsoriamente;

d) apresentar ~~Plano de Trabalho~~ Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão discriminando as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Programa, acompanhado dos documentos previstos nesta Resolução.

§ 1º - Parágrafo único - O Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão ~~Trabalho~~, ouvidos os Departamentos interessados, deverá ser aprovado pela Congregação da Unidade ou pela instância decisória equivalente do Órgão que desenvolva atividades de ensino, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.

§ 2º ~~Aprovado o pedido pelas instâncias da Unidade ou órgão, deverá ser encaminhado à Comissão de Legislação e Recursos para deliberação, acompanhado do respectivo Termo.~~

§ 3º ~~Havendo deliberação favorável da CLR, o Termo de Colaboração estará em condições de ser assinado pelas partes.~~

§ 2º ~~Ao tomar ciência de sua aprovação pelas instâncias competentes, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas na Unidade ou Órgão, assinando o respectivo Termo de Colaboração, juntamente com o Diretor da Unidade ou Órgão.~~

Artigo 5º - O processo para ingresso no Programa de "Colaborador Professor Sênior" deverá ser instruído com a seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* do interessado, devidamente atualizado nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, na Plataforma Lattes do CNPq;
- b) Plano de ~~Trabalho~~ atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão discriminando as atividades a serem desenvolvidas pelo interessado no âmbito do Programa.

Artigo 6º - Aprovado o Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão ~~Trabalho~~, será celebrado, conforme o caso, o correspondente "Termo de Colaboração". ~~Adesão e de Permissão de Uso" ou "Termo de Colaboração e de Permissão de Uso"~~, ambos regulados pela Resolução nº 3975/92.

§ 1º - Ao tomar ciência de sua aprovação pelas instâncias competentes, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas na Unidade ou Órgão, assinando o respectivo Termo de Colaboração, juntamente com o Diretor da Unidade ou Órgão.

§ 2º - Em função das atividades a serem desenvolvidas, o Termo correspondente terá vigência de 02 (dois) anos, obedecidas as demais condições estabelecidas nesta Resolução, podendo ser renovado mediante celebração de novo Termo.

§ 3º - Caberá à Unidade ou ao Órgão envolvido a celebração do correspondente Termo entre a Universidade de São Paulo e o interessado, para a prestação de serviços voluntários e outros eventos ~~informados oficialmente no respectivo Plano de Trabalho.~~ atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão.

§ 4º - Fica delegada aos Dirigentes das Unidades ou Órgãos competência para, obedecidas as normas desta Resolução, assinar os correspondentes Termos em nome da Universidade.

§ 5º - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos o cadastramento da situação do Professor Sênior no sistema Marte.

Artigo 7º - Não será permitido ao Colaborador "Professor Sênior" e à Unidade ou Órgão da Universidade o estabelecimento de outras condições para a realização das atividades que não estejam explicitamente acordadas e descritas no Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão. ~~Trabalho.~~

Artigo 8º - O docente participante do Programa de " Professor Colaborador Sênior" poderá exercer atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão junto às Unidades ou Órgãos, com exceção das atividades administrativas e de representação.

§ 1º - A ministração de aulas no ensino de graduação ~~ficará sob a responsabilidade do respectivo Chefe de Departamento.~~ pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento, sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento.

§ 2º - O docente aposentado poderá prosseguir com as atividades de orientação na Pós-graduação.

§ 3º - O participante do programa não comporá colégios eleitorais promovidos pelos diferentes organismos da Universidade, não podendo votar nem ser votado.

Artigo 9º - Até 03 (três) meses antes do vencimento do período de prestação de serviços voluntários, poderá ser acordado novo Termo de Adesão e de ~~Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e de Permissão de Uso,~~ com manifestação explícita do docente, mediante proposta de novo Plano de Trabalho atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão e relatório das atividades realizadas e aprovadas no biênio anterior.

Artigo 10 - Na produção acadêmica resultante do Termo de Colaboração e Adesão deverá constar a condição do autor como "Colaborador Professor Sênior" da respectiva Unidade ou Órgão da Universidade de São Paulo.

Artigo 11 - A cessação da participação do interessado no Programa ocorrerá:

- a) por manifestação de vontade do próprio docente;
- b) por decisão justificada pela Unidade ou Órgão, desde que aprovada pela Congregação ou instância decisória similar;
- c) pelo término do prazo celebrado no Termo de Colaboração Adesão ou Colaboração, sem que tenha havido renovação.

Artigo 12 - Findo o período de permanência no Programa, o interessado fará jus a Atestado de Participação emitido pela Unidade ou Órgão.

Artigo 13 - A Universidade, a Unidade ou o Órgão, em suas esferas de competência e no limite de suas possibilidades, permitirão ao "Professor Colaborador Sênior" o uso de seu endereço institucional e de instalações, bens e serviços necessários e/ou convenientes para o desenvolvimento das atividades previstas.

Parágrafo único - O "Professor Colaborador Sênior" poderá ser autorizado a continuar como coordenador acadêmico de ~~dirigir e executar~~ projetos de educação, de investigação, de inovação e transferência de tecnologia, de criação humanística e de criação artística, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e financeiras, ser atribuída, de acordo com as leis sobre a matéria, a docentes da ativa. ~~nas condições e dentro das regras gerais contidas no "Termo de Adesão e de Permissão de Uso" e no "Termo de Colaboração e Permissão de Uso" da Universidade de São Paulo.~~

Artigo 14 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nº 3975/92 e 5471/2008.(Proc. 08.1.1631.1.1)

Reitoria da Universidade de São Paulo,

JOÃO GRANDINO RODAS

Reitor

RUBENS BEÇAK

Secretário Geral

TERMO DE COLABORAÇÃO

A Universidade de São Paulo, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3461, de 07 de outubro de 1988, e com fundamento na Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, com sede em São Paulo (Capital) inscrita no CGC sob nº 63.025530/0001-04, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada pelo....., que no uso de suas atribuições legais e, ~~de acordo com o deliberado pela Comissão de Legislação e Recursos em sessão de~~, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Sr. (qualificar), docente aposentado desta Universidade, tendo obtido ~~aqui~~quiescência do Conselho Departamental/sido convidado pelo Conselho Departamental, para desenvolver plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, passa à condição de Professor Sênior da Universidade de São Paulo podendo usar os bens de propriedade da USP descritos na Sub-Cláusula 1.1, para a perfeita e completa realização do referido plano.

1.1 -(descrever, se for o caso).....

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – Na análise do plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão o Conselho Departamental levará em consideração o tipo de atividade que melhor se adapta às características do Professor Sênior e ao Plano de Metas Departamentais.

2.2 – Ao Professor Sênior é permitido continuar com suas atividades de orientador de graduação e pós-graduação.

2.3 – Ao Professor Sênior é permitido continuar como coordenador acadêmico de projetos, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e administrativas ser desempenhada por docente da ativa, tendo em vista eventual responsabilidade da Universidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Se for o caso, as aulas de graduação ministradas pelo Professor Sênior pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento.

3.2 - No caso dos Museus, fica permitida a colaboração, mas não a responsabilidade pela curadoria de coleções.

CLÁUSULA QUARTA

A convite do Departamento, o Professor Sênior poderá participar das suas reuniões com direito a voz, mas sem direito a voto.

CLÁUSULA QUINTA

Os bens descritos na Cláusula Primeira serão utilizados pelo Professor Sênior sem direito de exclusividade.

5.1 - Fica a cargo da Unidade(indicar)....., através de seu(autorizado)....., a especificação dos horários em que os bens da Universidade de São Paulo ~~PERMITENTE~~ estarão disponíveis para a consecução dos fins previstos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA

O Professor Sênior não será computado como professor do Departamento para efeito de claro.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o Professor Sênior e a Universidade de São Paulo.

7.2 - Compete à Congregação/Conselho Deliberativo avaliar bienalmente a conveniência da manutenção da colaboração.

7.3 - A colaboração prevista neste Termo terá validade a partir da data da aprovação pela Congregação/Conselho Deliberativo ~~Comissão de Legislação e Recursos.~~

A presente permissão terá validade a partir da data de assinatura
São Paulo,

Pela Universidade de São Paulo

Pelo Professor Sênior



PG. P.3330/2011
AMC

PROTOCOLADO: 2010.5.1991.1.8

INTERESSADA: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ASSUNTO: Resolução para criação do Programa de Professor Sênior – Revogação da Resolução 3975/92 e 5471/2008 – Termo de Colaboração – Modificações - Análise

PARECER

Senhor Procurador Geral.

nao houve.

Vem o presente a esta Procuradoria, após deliberação do Conselho Universitário, para examinar minuta da Resolução a ser baixada, bem do correspondente Termo de Colaboração a ser assinado pelos docentes aposentados, compulsoriamente ou voluntariamente.

Da leitura da minuta em cotejo com as disposições normativas anteriores, bem assim do Parecer PGUSP 5488/2010, exarado anteriormente, verifica-se estar em termos e na esteira da deliberação do Conselho Universitário, que, acolhendo a sugestão da Comissão designada pelo Magnífico Reitor, entendeu de não mais fazer distinção entre docentes aposentados pela compulsória ou voluntariamente, bem assim de descentralizar a autorização para as Unidades interessadas.

Não obstante bem delineada a matéria na minuta, ora em exame, é de sugerir, para maior concisão, algumas modificações de aperfeiçoamento da redação, como segue:

[Assinatura]



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

72

Art. 4º - O ingresso no programa de Professor Sênior poderá ocorrer por solicitação do docente ou a convite do Departamento e será formalizado na Unidade ou órgão, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

.....
Art. 6º - Ao tomar ciência de sua aprovação pelas instâncias competentes, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas na Unidade ou Órgão.

Entende-se desnecessária a expressão acrescida "..., assinando o respectivo termo de colaboração, juntamente com o Diretor da Unidade ou Órgão", posto que já consta do mesmo art. 6º, § 4º, a delegação aos Diretores das Unidades e, por certo, acostado ao Termo estarão identificadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas.

Pontua-se, até mesmo aperfeiçoando a sugestão já dada anteriormente por esta Procuradoria (fls.31, item 2.3, deste protocolado) que o parágrafo único poderia ter a seguinte redação:

Art.13

Parágrafo único - O Professor Sênior poderá ser autorizado a continuar **ou a figurar** como coordenador acadêmico de projetos de educação, de investigação, de inovação e transferência de tecnologia, de criação humanística e de criação artística, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e financeiras, ser atribuída, de acordo com as leis sobre a matéria, a docentes da ativa.

Em face da nova configuração estatutária conferida aos Museus, deve-se examinar a pertinência da expressão Unidade ou órgão, ou seja, se haverá outros órgãos envolvidos que não Unidades e Museus.

Quanto ao Termo de Colaboração afigura-se mais pertinente na cláusula segunda, item 2.1, colocar plano de metas do Departamento ou órgão (como é o caso das Coordenações).



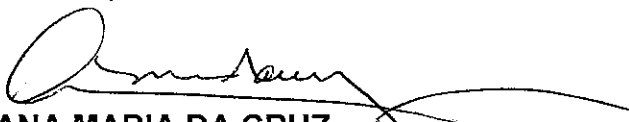
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

12
74

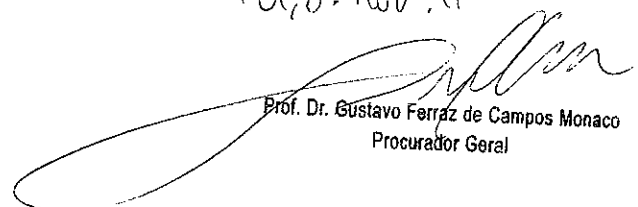
No item 2.3, da mesma cláusula, ajustar a redação (continuar ou figurar), isto se for acolhida a observação feita acima em relação a modificação do parágrafo único do art. 13, da minuta de Resolução.

Deverá ser reavaliada a retirada, no Termo de Colaboração, da disposição " A presente permissão terá validade a partir da data da assinatura do presente termo", pois, julga-se, sua manutenção é de todo pertinente.

Procuradoria Geral, 08 de novembro de 2011.


ANA MARIA DA CRUZ
Procuradora Chefe
Área de Pessoal

*Acólho o Parecer.
À Secretaria Geral.
PG, 8. nov. 11*


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012

Dispõe sobre a criação do Programa de "Professor Sênior".

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica criado, sem ônus para a Universidade, o Programa de "Professor Sênior".

Artigo 2º - O Programa de "Professor Sênior" atenderá o disposto na Lei Federal nº 9.608, de 18.02.98, obedecidas as condições estabelecidas no "Termo de Colaboração" anexo a esta Resolução.

Artigo 3º - O ingresso no Programa de "Professor Sênior" não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 4º - O ingresso no Programa de "Professor Sênior" poderá ocorrer por solicitação do docente ou a convite do Departamento e será formalizado na Unidade ou Órgão, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) ser portador, pelo menos, do título de Doutor, outorgado pela USP ou de validade nacional;
- b) possuir comprovada atuação como docente da USP;
- c) estar aposentado por tempo de serviço ou compulsoriamente;
- d) apresentar Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão discriminando as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Programa, acompanhado dos documentos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único - O Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão ouvidos os Departamentos interessados, deverá ser aprovado pela Congregação da Unidade ou pela instância decisória equivalente do Órgão que desenvolva atividades de ensino, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.

Artigo 5º - O processo para ingresso no Programa de "Professor Sênior" deverá ser instruído com a seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* do interessado, devidamente atualizado nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, na Plataforma Lattes do CNPq;
- b) Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão discriminando as atividades a serem desenvolvidas pelo interessado no âmbito do Programa.



Secretaria Geral

Artigo 6º - Aprovado o Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, será celebrado o correspondente "Termo de Colaboração".

§ 1º - Ao tomar ciência de sua aprovação pelas instâncias competentes, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas na Unidade ou Órgão.

§ 2º - Em função das atividades a serem desenvolvidas, o Termo correspondente terá vigência de 02 (dois) anos, obedecidas as demais condições estabelecidas nesta Resolução, podendo ser renovado mediante celebração de novo Termo.

§ 3º - Caberá à Unidade ou ao Órgão envolvido a celebração do correspondente Termo entre a Universidade de São Paulo e o interessado, para a prestação de serviços voluntários e outros eventos informados oficialmente no respectivo Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão.

§ 4º - Fica delegada aos Dirigentes das Unidades ou Órgãos competência para, obedecidas as normas desta Resolução, assinar os correspondentes Termos em nome da Universidade.

§ 5º - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos o cadastramento da situação do Professor Sênior no sistema Marte.

Artigo 7º - Não será permitido ao "Professor Sênior" e à Unidade ou Órgão da Universidade o estabelecimento de outras condições para a realização das atividades que não estejam explicitamente acordadas e descritas no Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão.

Artigo 8º - O docente participante do Programa de "Professor Sênior" poderá exercer atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão junto às Unidades ou Órgãos, com exceção das atividades administrativas e de representação.

§ 1º - A ministração de aulas no ensino de graduação pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento, sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento.

§ 2º - O docente aposentado poderá prosseguir com as atividades de orientação na Pós-graduação.

§ 3º - O participante do programa não comporá colégios eleitorais promovidos pelos diferentes organismos da Universidade, não podendo votar nem ser votado.

Artigo 9º - Até 03 (três) meses antes do vencimento do período de prestação de serviços voluntários, poderá ser acordado novo Termo de Colaboração, com manifestação explícita do docente, mediante proposta de novo Plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão e relatório das atividades realizadas e aprovadas no biênio anterior.

Artigo 10 - Na produção acadêmica resultante do Termo de Colaboração deverá constar a condição do autor como "Professor Sênior" da respectiva Unidade ou Órgão da Universidade de São Paulo.



Secretaria Geral

Artigo 11 - A cessação da participação do interessado no Programa ocorrerá:

- a) por manifestação de vontade do próprio docente;
- b) por decisão justificada pela Unidade ou Órgão, desde que aprovada pela Congregação ou instância decisória similar;
- c) pelo término do prazo celebrado no Termo de Colaboração, sem que tenha havido renovação.

Artigo 12 - Findo o período de permanência no Programa, o interessado fará jus a Atestado de Participação emitido pela Unidade ou Órgão.

Artigo 13 - A Universidade, a Unidade ou o Órgão, em suas esferas de competência e no limite de suas possibilidades, permitirão ao "Professor Sênior" o uso de seu endereço institucional e de instalações, bens e serviços necessários e/ou convenientes para o desenvolvimento das atividades previstas.

Parágrafo único - O "Professor Sênior" poderá ser autorizado a continuar ou a figurar como coordenador acadêmico de projetos de educação, de investigação, de inovação e transferência de tecnologia, de criação humanística e de criação artística, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e financeiras, ser atribuída, de acordo com as leis sobre a matéria, a docentes da ativa.

Artigo 14 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nº 3975/92, nº 3671/06 e nº 5471/08 (Proc. 08.1.1631.1.1).

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

TERMO DE COLABORAÇÃO

A Universidade de São Paulo, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3461, de 07 de outubro de 1988, e com fundamento na Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, com sede em São Paulo (Capital) inscrita no CGC sob nº 63.025530/0001-04, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada pelo....., que no uso de suas atribuições legais, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Sr. (qualificar), docente aposentado desta Universidade, tendo obtido aquiescência do Conselho Departamental/sido convidado pelo Conselho Departamental, para desenvolver plano de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, passa à condição de Professor Sênior da Universidade de São Paulo podendo usar os bens de propriedade da USP descritos na Sub-Cláusula 1.1, para a perfeita e completa realização do referido plano.

1.1 -(descrever, se for o caso).....

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – Na análise do plano de metas do Departamento ou Órgão o Conselho Departamental levará em consideração o tipo de atividade que melhor se adapta às características do Professor Sênior e ao Plano de Metas Departamentais.

2.2 – Ao Professor Sênior é permitido continuar com suas atividades de orientador de graduação e pós-graduação.

2.3 – Ao Professor Sênior é permitido continuar ou figurar como coordenador acadêmico de projetos, devendo a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e administrativas ser desempenhada por docente da ativa, tendo em vista eventual responsabilidade da Universidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Se for o caso, as aulas de graduação ministradas pelo Professor Sênior pertencerão ao quadro normal de aulas do Departamento sob a responsabilidade do Chefe de Departamento, devendo figurar o nome do primeiro em qualquer informação sobre a carga horária do Departamento.

3.2 - No caso dos Museus, fica permitida a colaboração, mas não a responsabilidade pela curadoria de coleções.

CLÁUSULA QUARTA

A convite do Departamento, o Professor Sênior poderá participar das suas reuniões com direito a voz, mas sem direito a voto.

CLÁUSULA QUINTA

Os bens descritos na Cláusula Primeira serão utilizados pelo Professor Sênior sem direito de exclusividade.

5.1 - Fica a cargo da Unidade(indicar)....., através de seu(autorizado)....., a especificação dos horários em que os bens da Universidade de São Paulo estarão disponíveis para a consecução dos fins previstos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA

O Professor Sênior não será computado como professor do Departamento para efeito de claro.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o Professor Sênior e a Universidade de São Paulo.

7.2 - Compete à Congregação/Conselho Deliberativo avaliar bienalmente a conveniência da manutenção da colaboração.

7.3 - A colaboração prevista neste Termo terá validade a partir da data da aprovação pela Congregação/Conselho Deliberativo.

São Paulo,

Pela Universidade de São Paulo

Pelo Professor Sênior